

“Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso”: O carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade

“We occupy the streets with banners, confetti and streamers showing that Rio is ours”: the street blocks carnival as a place of political struggle for the right to the city

Marina Bay Frydberg, Ana Clara Vega Martinez Veras Ferreira e Emily Cardoso Dias



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/9327>

DOI: [10.4000/pontourbe.9327](https://doi.org/10.4000/pontourbe.9327)

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Referência eletrónica

Marina Bay Frydberg, Ana Clara Vega Martinez Veras Ferreira e Emily Cardoso Dias, « “Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso”: O carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade », *Ponto Urbe* [Online], 27 | 2020, posto online no dia 28 dezembro 2020, consultado o 30 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/9327> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9327>

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 dezembro 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

“Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso”: O carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade

“We occupy the streets with banners, confetti and streamers showing that Rio is ours”: the street blocks carnival as a place of political struggle for the right to the city

Marina Bay Frydberg, Ana Clara Vega Martinez Veras Ferreira e Emily Cardoso Dias

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 07/04/2020

Aceitação / Accepted 22/07/2020

Introdução

- 1 A discussão sobre direito à cidade vem nos últimos anos sendo reatualizada no campo das ciências humanas e sociais. Ela também passou a fazer parte do discurso dos movimentos sociais e culturais que além de se apropriarem do conceito teórico desenvolvido por Lefebvre (2001) e Harvey (2014) o ressignificam, atribuindo a ele novas e múltiplas interpretações. Esses processos de ressignificação dialogam, principalmente, com o conceito de Harvey (2014), mas dadas as especificidades das práticas, sejam elas sociais, culturais e/ou políticas, ganham novos atributos e

complexificam as recentes discussões em torno do direito à cidade. Seguimos assim, como propôs Agier (2015:483-498), buscando entender como é “preenchido este significado vazio denominado ‘direito à cidade’”. Cafrune identifica que:

Atualmente, a expressão “Direito à cidade” tem sido utilizada como guarda-chuva para reivindicações que incluem o direito à moradia, o respeito à população de rua, o direito ao transporte público de qualidade e à mobilidade, a defesa de espaços públicos, e o direito à liberdade de manifestação, consolidando-se como síntese de reivindicações por novas formas de construção e de vivência do espaço urbano. (Cafrune 2016:187)

- 2 E, talvez, possamos incluir o direito ao carnaval ocupar a cidade com a folia. Seguindo essa tendência, atualmente o carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro está cada vez mais pensando na festa como espaço privilegiado de disputas na arena política. Sendo assim, muitos blocos, associações e coletivos carnavalescos incorporaram no discurso às reivindicações em torno do direito à cidade, dando ao conceito novos significados, em um processo de carnavalização da política na e pela cidade. Este artigo busca compreender qual é o entendimento que os blocos de carnaval de rua estão utilizando para construir as suas próprias reivindicações acerca do direito à cidade, trazendo para a prática carnavalesca esta discussão teórica e atribuindo a ela novos e múltiplos significados.
- 3 É a partir da conjugação de uma pesquisa teórica e etnográfica, versando sobre o direito à cidade e as práticas e discursos de alguns blocos de carnaval em atuação na cidade do Rio de Janeiro hoje, que o argumento irá se estruturar. Procurando compreender, assim, como os blocos estão se apropriando desta teoria, complexificando-a através do contexto prático do carnaval de rua e da cidade do Rio de Janeiro hoje. O entendimento sobre este processo de apropriação e ressignificação do conceito de direito à cidade será aqui apresentado a partir do discurso de sujeitos que organizam o carnaval de rua. Será a partir do discurso deles sobre o direito à cidade que as múltiplas apropriações sobre este referencial será acionada e articulada com outras pautas políticas presentes no carnaval dos blocos de rua. Assim, o direito à cidade pode significar o contraponto social à mercantilização da festa e da cidade e representa também novas formas de apropriação do espaço público e a subsequente ressignificação deste. São estas as faces do direito à cidade apresentadas no carnaval que serão aqui exploradas.
- 4 Esta pesquisa vem se desenvolvendo desde 2015, e atualmente, em 2020, se encaminha para sua sexta fase. Já foram focos da pesquisa a organização do carnaval de rua pelos poderes públicos e pelos próprios agentes da festa (blocos, coletivos, foliões etc.); as correlações entre os significados econômicos, políticos, simbólicos e afetivos da festa; a incorporação de pautas políticas em diversos blocos de carnaval; e mais recentemente as articulações entre o direito ao carnaval e pautas políticas mais amplas como o direito à cultura e, principalmente, o direito à cidade, aplicando, também, um viés interseccional de gênero a esse conceito.

Entre a mercantilização da festa e da cidade: O carnaval como espaço de crítica política

- 5 As mudanças no espaço urbano carioca, acentuadas significativamente no período entre megaeventos – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíada de 2016 – representou também uma transformação no modo de brincar o carnaval. Em 2009, Eduardo Paes

assume a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e rapidamente percebe que o carnaval de rua tinha valor econômico e simbólico para a cidade, mas que precisava ser organizado e regulamentado. Segundo o supervisor do carnaval de rua do Rio de Janeiro durante o mandato de Paes (2009-2016), Alex Martins (2015), logo que se percebeu o potencial turístico da festa e também o aumento da arrecadação do município durante o período carnavalesco, passou-se a tratar o carnaval de rua como um importante produto da cidade.

- 6 Foram, então, publicados diversos decretos que tinham como objetivo a regulamentação da festa. Esta estava pautada na gestão da festa que passava pela institucionalização da parceria público-privada (PPP) como pilar central da sua organização. O carnaval de rua foi uma das primeiras parcerias público-privadas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, servindo de modelo bem sucedido para implementação em outras áreas, como na saúde, por exemplo. Segundo Alex Martins (2015), a intenção da PPP era a melhoria na infraestrutura da festa. Durante todo o período do governo Paes – 2009 a 2016 – a PPP se deu com a produtora de megaeventos Dream Factory, tendo o patrocínio *master* da cervejaria Ambev. O que representa, além da exposição da marca, a exclusividade na venda de produtos e do credenciamento dos vendedores ambulantes.
- 7 Além de uma ordenação do carnaval, com a exigência do pedido de autorização na prefeitura para os blocos desfilarem, esta regulamentação da festa potencializou o processo de mercantilização do carnaval associando este à proposta mais ampla de transformação da cidade em mercadoria, o que Lefebvre (2001) identifica como a diferença entre o “valor de uso” e o “valor de troca” da cidade, tornando-a um objeto vendável, comercial, direcionada para o turismo e palco para o estetismo. A “problemática urbana”, segundo o autor, é visível a partir das diferenças sociais e culturais existentes, as segregações e distinções. Cria-se, assim, uma cidade fragmentada, dividida pelo trabalho, voltada para o industrial, o comercial e o bancário - não para o prazer, para a festa e para a comunhão.
- 8 A política de mercantilização da cidade do Rio de Janeiro não se extinguiu com a era Paes nem com o fim dos megaeventos, ela permaneceu presente com a eleição do prefeito Marcelo Crivella, mesmo que com menos eficiência na gestão do carnaval. O atual prefeito declarou, em pronunciamento feito durante o carnaval de 2019, que cada vez mais a prefeitura irá diminuir os recursos públicos para a festa, argumentando que o carnaval “é um bebê parrudo que precisa desmamar e andar com as próprias pernas”. Defendendo, assim, a substituição gradativa do financiamento público pelo privado. Segundo Vainer (2013), a cidade-negócio atual se constrói como flexível, negocial e negociada, possibilitando a sua existência a partir de parcerias público-privadas.
- 9 A crítica ao carnaval mercantilizado e vendido como produto aparece seja no discurso dos blocos e ligas oficiais, como a Sebastiana (mais antiga liga de organização de blocos na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 2000), como nos blocos não oficiais (aqueles que não pedem autorização para desfilar), e seu principal representante é a Desliga dos Blocos. Cada um a partir da sua perspectiva questiona esse modelo e Rita Fernandes, presidente da Sebastiana, traz uma crítica mais específica à contrapartida da prefeitura na negociação da parceria público-privada:

A prefeitura adotou aquele modelo neoliberal de que eu tenho o projeto e alguém paga a conta. Começa assim. Então, depois que ela mapeou, que ela viu qual era a realidade e quanto ela teria que investir e que valor era esse, ela disse: “não vou

pagar essa conta. Vou abrir uma licitação, chamando uma empresa junto a uma produtora porque a empresa sozinha não vai saber operar. Uma produtora que vai executar associada ao patrocinador que vai pagar para poder pagar essa conta. Em troca disso eu dou espaço de visibilidade da rua pra essa empresa.” (...) Quais são seus encargos como produtor e patrocinador e quais são as contrapartidas que a prefeitura te oferece? Você vai ser patrocinador oficial do carnaval, vai ter essa chancela, vai poder botar sua marca na rua toda. No caso da AMBEV, e isso a gente questiona, os caras só vão vender seu produto e isso a gente acha questionável. (Fernandes 2014)

- 10 Já o organizador do bloco não oficial Boi Tolo e participante da Desliga dos Blocos, Luís Otávio Almeida, argumenta que o problema é a própria parceria público-privada:

Bem, eu enxergo a questão da mercantilização do carnaval não estar desligada de uma mercantilização da cidade como um todo, que essa prefeitura vem fazendo desde que entrou. Ela não consegue olhar o espaço público sem vincular um projeto de mercado. Então, vou fazer um investimento em cultura? Ah, mas quem é que vai lucrar com esta cultura que está aqui? Tem que ter um patrocinador, uma marca. E o espaço público acaba sendo, muitas vezes, quase que privatizado. No caso do carnaval literalmente privatizado porque você sai pelas ruas e você vê as marcas todas espalhadas, as marcas que compraram o carnaval do Rio e que põem suas presenças nos blocos que cedem a esse apelo mercadológico. (Almeida 2016)
- 11 Esta visão crítica sobre como o poder público estava entendendo a cidade, ganha formas mais amplas, não exclusivamente na crítica à mercantilização da cidade, mas também das ações do poder público de maneira mais ampla. O carnaval dos blocos de rua ganha novo fôlego como espaço privilegiado de luta política. Como o que foi visto, por exemplo, no samba-enredo de 2019 do oficial e tradicional bloco de jornalistas, o Imprensa Que Eu Gamo. Criticando o governo nas esferas municipal, estadual e federal o bloco cantou: “Amor, relaxa e rosa/ Tô todo prosa nesse vestidinho azul/ O bispo já mandou o carnê/ Mas só o Queiroz pode pagar o IPTU/ No Rio o casal do ano/ É Mili e Ciano/ Aqui, nem lixeira tem/ A cidade tá mais suja que bunda de neném”.
- 12 Outra expressão carnavalesca com forte vinculação política é o bloco-manifestação Ocupa Carnaval. Formado a partir da experiência política nas Jornadas de Junho de 2013 e no bloco Nada Deve Parecer Impossível de Mudar, criado em meio às eleições municipais para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2012, tem como objetivo manter viva a memória das lutas por uma cidade mais justa e igualitária, entendendo o carnaval como espaço privilegiado para isso. O movimento expõe suas reivindicações através de dois cortejos por ano, um na quinta-feira anterior ao início oficial do carnaval e um no domingo depois da quarta-feira de cinzas, encerramento oficial do calendário carnavalesco.
- 13 No primeiro ano do Ocupa Carnaval, em 2014, o cortejo de abertura do carnaval foi chamado de Cabralhada e criticava o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, os escândalos que envolviam o seu nome e sua decisão de sair do governo antes do fim do mandato. Já o cortejo que fechava o carnaval daquele ano, Copa que Pariu, criticava a Copa do Mundo que estava prestes a acontecer. Paspalhada, cortejo de 2015, teve como tema o então prefeito Eduardo Paes e lutava contra as políticas voltadas para um modelo de cidade-mercadoria desenvolvida por ele. Em 2016, o primeiro cortejo, chamado de Camelato, partiu em defesa dos camelôs que tiveram suas mercadorias confiscadas pela Guarda Municipal um pouco antes do carnaval. O segundo cortejo daquele ano, Olim...piada, denunciava as reestruturações urbanas e a gentrificação da cidade que aconteceram pelas reformas urbanas que visavam os Jogos Olímpicos Rio

2016. Para abrir o carnaval de 2017, o Ocupa Carnaval criticou o então governador do estado Luiz Fernando Pezão no cortejo intitulado Caçadores de Pé Grande, e o segundo cortejo, nomeado Pagode Russo, homenageava o aniversário de cem anos da Revolução Russa. Crivellada, cortejo de abertura do carnaval de 2018, criticava o atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Já o segundo cortejo era uma crítica aos movimentos conservadores e de admiração da Ditadura de 1964, com enfoque da liberdade e foi chamado de Censura Nunca Mais.

- 14 No carnaval de 2019, o cortejo do Ocupa Carnaval ocorreu somente no domingo de encerramento do carnaval e teve como tema Mais Carnaval, Menos Ódio. O tema saiu da campanha de mesmo nome organizada por três coletivos de carnaval, o próprio Ocupa Carnaval, a Desliga dos Blocos e o Carnaval Pela Democracia. A campanha que foi organizada no último semestre de 2018 foi feita a partir de reuniões abertas com representantes de blocos e por foliões independentes e contou também com uma audiência pública, realizada em dezembro, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, organizada pela Comissão Especial de Carnaval da casa. O movimento lançou um manifesto no carnaval de 2019 com cerca de 150 assinaturas de blocos e coletivos, expressando seu potencial de mobilização política.

O ódio é cinzento. O carnaval é a república das cores. Ao invés de xingamento, poesia; no lugar dos estampidos, tamborins. Nosso Rio desemboca em muitos mares – qual deles vai banhar a cidade?

Nós queremos as águas de março, promessas de vida. Queremos a alma encantadora das ruas e seu tumulto de vozes. Nosso bloco é o do encontro: carnaval é aconchego. Coretos, escolas, fanfarras, colombinas, confetes. Diversidade e democracia. O Rio é feito de muitas rimas, e precisamos de todas elas.

É hora de desenrolar a bandeira, ocupar as ruas, lotar as passarelas. E varrer a intolerância num vendaval de serpentina.

Espalhem por aí: o ódio é o túmulo do samba. Façamos de cada estandarte uma trincheira contra a opressão.

(Manifesto Mais Carnaval, Menos Ódio 2019)

- 15 O entendimento da cidade enquanto mercadoria, reflete diretamente na compreensão do que é o carnaval de rua. A festa de rua popular, diversa e pretensamente democrática adquire caráter restritivo, burocrático e, em muitos casos, punitivo. A partir da organização da festa e da sua mercantilização o carnaval dos blocos de rua ganha novos contornos, desenvolvendo sua potencialidade lucrativa frente às empresas privadas. Nesse contexto, blocos e coletivos que lutam, através da ideia de um carnaval livre, por outras formas de ocupação da cidade, indo de encontro à noção de cidade-mercadoria vendida pelo poder público nas últimas gestões da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Assim, o direito à cidade é uma forma de crítica ao processo de mercantilização da cidade, reivindicando o que Lefebvre (1991:116-117) reconhece como “O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada”. Assim, passa-se a lutar por múltiplas formas de se ocupar o espaço urbano, o que será apresentado a seguir.

Ocupação do espaço público e suas ressignificações: Espaço, tempo e as múltiplas formas de estar na cidade

- 16 Os blocos de rua cariocas constroem em seus discursos diferentes formas de entender a cidade e, principalmente, defendem modos diversos de ocupação do espaço público. Desta forma o direito à cidade passa a ter desdobramentos e ressignificações. O primeiro significado atribuído ao direito à cidade é o direito de circular na cidade. Estar na rua ocupando-a com música, dança e diversão, ou seja, o que os blocos fazem durante o carnaval, já se caracteriza por uma nova forma de ocupar a cidade. O carnaval dos blocos de rua que se espalham majoritariamente no centro e na zona sul da cidade, transformam, principalmente a primeira região, com novos usos. O centro do trabalho e da passagem passa a ser o centro da festa e do carnaval.
- 17 Esta é outra forma de construir o argumento do direito à cidade no carnaval de rua entendendo-o como o direito de ocupar a cidade de forma não usual, ressignificando, assim, um determinado espaço público. O centro utilizado como deslocamento, com pressa, sem necessariamente criação de vínculo com este espaço durante o tempo do cotidiano, é ressignificado no tempo da festa. Nos dias de carnaval, as ruas do centro são usadas como local de festa e de encontro para foliões, abrigando diversos blocos, que possibilitam não só a criação de laços de afeto entre os brincantes, como com a própria cidade. Um desses processos de ressignificação é o popularmente chamado “Largo do Boi Tolo”, largo entre as esquinas da Rua do Ouvidor com a Rua do Mercado, local que marca a fundação do Boi Tolo, um dos mais conhecidos blocos do carnaval não oficial. As ressignificações do espaço urbano são também formas de reinvenções da própria cidade.
- 18 David Harvey (2014) salienta a importância dos movimentos sociais urbanos para a construção de um espaço público com menos desigualdades, operando menos pela lógica capitalista. Os movimentos sociais são, segundo o autor, fundamentais para o redimensionamento da vida urbana que seja capaz de atender às necessidades de todos que permanecem ao espaço urbano. Assim, o direito à cidade surge das ruas e da articulação dos oprimidos, fruto de políticas urbanas excludentes. O carnaval como potência política pode ser lido, também, como este espaço de luta pelo direito à cidade de Harvey, que nasceu da exclusão do uso dos espaços públicos, pelo menos das apropriações espontâneas da festa.

Mas é isso, o carnaval de certa forma consegue subverter um pouco algumas correntes que amarram a gente no cotidiano da cidade. E além disso é, esse carnaval de cortejo que tá pelas ruas ele tem esse caráter de reinventar o espaço urbano, dá um outro significado pra certas áreas que às vezes eram completamente de, é... descartadas no dia a dia, do cotidiano do funcionamento da cidade balcão de negócios que virou o Rio de Janeiro. Então o carnaval é ainda mais porque é isso, é uma coisa de graça, é na rua, envolve as pessoas, muda os trajetos que as pessoas têm da cidade. Tem lugares que eles significam coisas completamente diferentes pra você no carnaval, que você só conhece porque o carnaval te levou pra esses lugares né, então tem muito essa relação com a cidade, com a questão da vida urbana né, esses blocos de cortejo.

(Manifesto do carnaval de rua carioca. Desliga dos blocos 2012)

- 19 Além da ressignificação dos usos do espaço urbano, o tempo em que as ruas são tomadas também difere do cotidiano durante a folia. Certas regiões da cidade que têm

seu uso associados a determinadas temporalidades – com o caso do centro e seu uso diurno no tempo do trabalho – ganham novas temporalidades no carnaval dos blocos de rua. A noite e a madrugada passam a ser tempos possíveis de transitar, viver e ressignificar a cidade. Um ótimo exemplo de ressignificação do espaço e do tempo das ruas é o bloco Minha Luz É De Led, que inicia seu desfile por volta das 23 horas e se estende por toda a madrugada. Seu desfile acontece na quinta-feira antes do início oficial do carnaval no centro do Rio de Janeiro, variando o ponto exato da concentração do bloco a cada ano. O bloco acontece, assim, em local e horário que seriam considerados inseguros durante o resto do ano, mas durante o carnaval passa a ser ressignificado, vivido como espaço de festa e de encontro. Desta forma, o espaço urbano precisa ser preparado para ser ressignificado, precisa de segurança e limpeza. Segundo Luís Otávio Almeida, representante do bloco Boi Tolo:

[...] a gente [o bloco] defende uma série de coisas que a prefeitura pode ter atenção, ela tem essa capacidade. E, pessoalmente, de preparar o centro para o carnaval. Ninguém vai pro centro no carnaval a não ser que você queira ir pro carnaval. Cada vez mais o centro deixa até de ser passagem. Então prepara o centro, deixa o centro livre.

(Almeida 2016)

- 20 Como lugar de festa, reinvenções, ressignificações e, também, reivindicações políticas o carnaval traz para os foliões e, conseqüentemente, para a cidade, uma sensação de liberdade que não é vivenciada ao longo do ano, pelo menos não da mesma forma. A liberdade de poder transitar pela cidade, descobrir e vivenciar seus espaços, ressignificar outros lugares atribuindo a eles novos sentidos.
- 21 As cidades capitalistas, segundo Harvey (2014), buscam, a partir da organização do seu espaço, o lucro e o consumo. O crescimento expressivo do capitalismo reflete na cidade a partir de um crescimento desordenado, pautado pelo capital e organizado por aqueles que detêm mais poder. Assim, defende o autor, se faz necessário a organização de um movimento anticapitalista que tenha por finalidade a transformação da vida urbana.

Somente quando a política se concentra na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida urbana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido. (Harvey 2014:21)
- 22 Harvey (2014) estimula, assim, a presença de movimentos sociais como organização privilegiada de luta por um espaço urbano democrático, que busque uma cidade feita por e para todos. O autor identifica, por exemplo, a presença importante de grupos que lutam pela segurança no espaço público, como a comunidade LGBT+ e o movimento feminista, assim como grupos que lutam pelo direito à moradia e serviços básicos, como agentes fundamentais na articulação contemporânea de reestruturações urbanas. O direito à cidade exposto por Harvey é “a liberdade de fazer e refazer a nós mesmo e a nossas cidades” sendo “um dos direitos humanos mais preciosos e também mais menosprezados” (Harvey 2014:28).
- 23 O carnaval dos blocos de rua e sua reivindicação pelo direito à cidade entendido como direito de estar e circular pela cidade não é possível de ser adquirido por todos da mesma forma. Um homem branco de classe média pode usufruir do seu direito de vivenciar a cidade de forma muito distinta de uma mulher, de um negro, de um gay ou

de um sujeito periférico. Só para pensarmos em algumas interseccionalidades possíveis. Desta forma, as ressignificações possíveis da cidade também não podem ser pensadas enquanto um todo homogêneo, precisam ser problematizadas em sua diversidade e especificidades. Os blocos de carnaval de rua passam a assumir também estas bandeiras ao se reivindicarem feministas, como o Mulheres Rodadas e Maria Vem Com As Outras, ou blocos LGBTQ+ como Toco Xona e Viemos do Egipto. Esses blocos buscam, além de um espaço político de reivindicações, a criação de espaços de segurança e acolhimento, onde seja possível ser quem se é de forma respeitosa e protegida. O carnaval passa a ser, para esses grupos oprimidos pela sociedade machista e patriarcal brasileira, um lugar de conscientização e de manifestação política.

[...] as pessoas entenderam que carnaval também tem espaço pra gente falar de gestão, pra gente falar de política, tem espaço pra gente falar de gênero, de racismo, preconceito, [...] coisa de sete, oito anos atrás, a gente não via a mulher reclamando de assédio. [...] nos últimos desfiles que eu participei do Boi Tolo, antes do bloco sair, eu pedi silêncio e falei: “é o seguinte, galera, a gente tá aqui pra gente brincar, pra gente se divertir, a gente não vai tolerar o cara puxando o cabelo das meninas, a gente não vai aturar assédio, a gente não vai aturar homofobia. Se fizer isso, a gente vai expulsar do bloco.” Quando que alguém ia imaginar que na saída de um bloco ia ter um discurso político ou politizado? (Barroso 2018)

- 24 As mulheres que sofrem com o assédio sexual no carnaval, e também durante todo ano, vêm a partir da reorganização do movimento feminista, organizando no carnaval a discussão sobre empoderamento feminino, igualdade de gêneros e o respeito ao corpo da mulher na festa. Esta organização feminina fez com que fossem criados diversos blocos compostos exclusivamente por mulheres nos últimos anos no Rio de Janeiro e que se reconhecem enquanto blocos feministas. Estes blocos organizam desde oficinas até roda de conversa sobre temas que envolvem as mulheres. Como foi, neste carnaval, a construção da Cartilha Assédio no Carnaval, iniciativa do bloco feminista Mulheres Rodadas e da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A cartilha busca a conscientização para pensarmos em um carnaval mais livre, consciente e respeitoso para as mulheres e, conseqüentemente, a construção de uma cidade também mais acolhedora para todas.

Além de esclarecer o que é assédio, queremos explicar por que ele acontece de forma mais intensa durante o carnaval, e o que é possível fazer para se proteger. Num cenário em que tem se intensificado as campanhas e o debate sobre o assédio dentro e fora do carnaval, é fundamental conhecer as leis ou a legislação e saber como proceder. (Folia Sim Assedio Não. Cartilha Assédio No Carnaval 2019)

- 25 O espaço da política nos blocos LGBTQ+ são menos estruturados e organizados que os blocos feministas, estes apresentam uma maior organização e sempre colocam suas falas sobre suas reivindicações políticas de forma mais evidente. O circuito de blocos com a temática LGBTQ+ cresceu também nos últimos anos e busca criar um espaço seguro para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. O carnaval possibilita que esses grupos possam também ressignificar espaços da cidade que fora da folia seriam perigosos e violentos. Porém, infelizmente, muitas vezes essa sensação de segurança é momentânea e só dura o tempo da festa. Ainda há inúmeros casos de violência contra pessoas LGBTQ+ no carnaval, principalmente no encerramento dos blocos, quando a multidão se dissipa. O carnaval pode sim ser pensado como um espaço de luta política interseccional, luta pelo direito desses grupos minoritários serem quem eles são na cidade e terem seus corpos respeitados nos diferentes usos do espaço público. Como

dizem muitos coletivos feministas: “a rua é pública, o corpo da mulher não”, o que também pode se estender para a comunidade LGBT+.

Considerações finais

26 Como defendido pelo Ocupa Carnaval em seu manifesto no ano de 2014:

O carnaval é o mais belo grito do povo! Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso: suas colombinas e pierrôs estão vivos e pulsam. Abaixo as catracas que transformam a cidade num grande negócio, onde o lucro prevalece sobre a vida, onde o dinheiro é mais livre que as pessoas. Enquanto capitalizarem a realidade, nós socializaremos o sonho. Viva a energia da rebeldia! Viva a criatividade das fantasias! Viva o Zé Pereira e o Saci Pererê! A cidade não está à venda e nossos direitos não são mercadoria. Foliões, uni-vos! **Ocupa eles, ocupa eu, ocupa tu, ocupa geral. OCUPA CARNAVAL!** (Manifesto Ocupa Carnaval 2014. Grifo do original)

27 Sendo assim, o guarda-chuva conceitual que se tornou o direito à cidade quando atualizado no debate político do carnaval ganha diferentes sentidos, mas que tem nas ressignificações do espaço público a sua centralidade. Falar em direito à cidade no carnaval dos blocos de rua hoje é pensar em diferentes tempos e espaços de ocupação da cidade para além do cotidiano. É entender a festa carnavalesca como um espaço privilegiado de inversão de usos (trabalho X lazer), de temporalidades (dia X noite), de sensação de liberdade (medo X prazer). É estar e viver a cidade através de outras potencialidades que fora da festa não são permitidas, fazendo com que lugares até antes ignorados ou desconhecidos ganhem sentido, construam memória e possibilitem uma relação afetiva com a cidade de outra ordem. O carnaval torna-se, assim, a possibilidade de experimentar a cidade em sua materialidade, sociabilidade e sensibilidade (Pesavento 1996).

28 A cidade no tempo e espaço do cotidiano é um lugar pensado e vivido no mais próximo da plenitude da sua noção de direito por homens, cis, héteros e detentores de capital. Desta forma, o direito à cidade reivindicado por muitos blocos de carnaval, mas especialmente pelos blocos LGBT+ e feministas, é o direito de estar, circular e, principalmente, manter-se vivo e em segurança na cidade. Ou seja, sua busca por direitos está mais imbricada nas tensões e disputas que envolvem a forma como a cidade é pensada, gerida e reproduzida do que para outros movimentos sociais e culturais, mesmo dentro do próprio carnaval. O direito à cidade dos blocos feministas e LGBT+ é a atualização interseccional da disputa pela cidade e sua diversidade de formas de ser e estar no espaço público.

29 Embora a maioria desses blocos e movimentos ainda seja formado majoritariamente por jovens, brancos e de classe média (incluindo aqui blocos feministas e LGBT+), o que reflete na sua luta por direito à cidade e pelas formas de ocupação do espaço público, sua compreensão da festa momesca como espaço privilegiado de luta política que insere o carnaval, especificamente o carnaval dos blocos de rua, em um campo de disputa por significação e representação. Os múltiplos significados que o carnaval adquire, assim como o direito à cidade, são fundamentais para a valorização da ocupação lúdica da festa como espaço de disputa política pela cidade, mas, também, por representatividade.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. 2015. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. In: *Mana*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 03, dez, p. 483-498.

ALMEIDA, Luís Otávio da Silva. 2016. Desliga dos Blocos e Bloco Boi Tolo. Niterói, 19 de fevereiro. Entrevista concedida à pesquisa.

BARROSO, Júlio. 2018. Ocupa Carnaval. Niterói, 24 de janeiro. Entrevista concedida à pesquisa.

CAFRUNE, Marcelo. 2016. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. *RIDH | Bauru*, vol. 04, n. 01, p. 185-206, jan./jun.

FERNANDES, Rita. 2014. Sebastiana. Rio de Janeiro, 22 de junho. Entrevista concedida à pesquisa.

FOLIA SIM ASSÉDIO NÃO. CARTILHA ASSÉDIO NO CARNAVAL - 2019. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher e Bloco Mulheres Rodadas. 17 de fevereiro de 2019.

HARVEY, David. 2014. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

LEFEBVRE, Henri. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora.

Manifesto Mais Carnaval Menos Ódio. Rio de Janeiro. 2019.

Manifesto Ocupa Carnaval. Rio de Janeiro. 2014.

Manifesto do Carnaval de Rua Carioca. 2012. Desliga dos Blocos do Rio de Janeiro. 19 de dezembro.

MARTINS, Alex. 2015. Supervisor do carnaval de rua do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 03 de novembro. Entrevista concedida à pesquisa.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1996. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VAINER, Carlos. 2013. Quando a cidade vai às ruas. In: VAINER, Carlos et al., *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL; Carta Maior.

RESUMOS

A discussão sobre direito à cidade vem sendo reatualizada nos últimos anos no campo das ciências humanas. Ela também passou a fazer parte do discurso dos movimentos sociais e culturais que, além de se apropriarem do conceito teórico desenvolvido por Lefebvre e Harvey, o ressignificam, atribuindo novas e múltiplas interpretações. Atualmente, o carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro está pensando na festa como espaço privilegiado de disputas na arena política. Muitos blocos, associações e coletivos carnavalescos incorporaram em seus discursos as reivindicações em torno do direito à cidade, em um processo de carnavalização da política na e pela cidade. Este artigo busca compreender qual é o entendimento que os blocos de carnaval de rua estão utilizando para construir suas próprias reivindicações em torno do direito à cidade, discutindo e reivindicando o espaço urbano e suas vivências a partir de especificidades como gênero e sexualidade.

The discussion regarding the right to the city has been recently updated in the field of human sciences. It was also included in the discourse of social and cultural movements that, in addition to appropriating the theoretical concept developed by Lefebvre and Harvey, reframe it, attributing new and multiple interpretations. Nowadays, the street carnival in the city of Rio de Janeiro is seeing the party as a privileged place for disputes in the political arena. Many carnival groups, associations and collective organizations incorporated in their speeches the claims about the right to the city, in a process of carnivalization of politics in and by the city. This article seeks to understand what is the understanding that street carnival blocks are using to build their own claims around the right to the city, discussing and claiming the urban space and its experiences based on specificities such as gender and sexuality.

ÍNDICE

Keywords: carnival, street blocks, right to the city, right to culture, intersectionality

Palavras-chave: carnaval, blocos de rua, direito à cidade, direito à cultura, interseccionalidade

AUTORES

MARINA BAY FRYDBERG

Antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense no curso de Produção Cultural e no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades.

E-mail: marinafrydberg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2533-6526>

ANA CLARA VEGA MARTINEZ VERAS FERREIRA

Graduanda em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense.

E-mail: anaclara.vega@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6201-7324>

EMILY CARDOSO DIAS

Graduanda em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense.

E-mail: emilycardosodias@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4110-4503>